



ESTADO DO PARANÁ



Folha 1

Órgão Cadastro:

CEASA

Em:

27/02/2025 12:42



Protocolo:

23.582.844-8

Interessado 1:

(CNPJ: XX.XXX.164/0001-67) CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO PARANA S/A

Interessado 2:

Assunto:

FIRMAS/ENTIDADES

Cidade: CURITIBA / PR

Palavras-chave:

INFORMACAO

Nº/Ano


4/2024

Detalhamento:

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS COMPLETAS DE 2024 - CEASA/PR

Código TTD: -

Para informações acesse: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/consultarProtocolo>



Centrais de Abastecimento do Paraná S.A.
CNPJ 75.063.164/0001-67
Curitiba – PR

Demonstrações Financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro
de 2024 e 2023

Balço Patrimonial

ATIVO	Nota	Em milhares de reais	
		31.12.2024	31.12.2023
Circulante		55.038	41.855
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	46.116	33.920
Direitos Realizáveis		8.863	7.861
Contas a Receber de Clientes	5	8.473	7.721
Tributos a Recuperar		-	-
Estoques		21	48
Outros Direitos Realizáveis	6	369	92
Despesas do Exercício Seguinte		59	74
Não Circulante		202.345	188.494
Realizável a Longo Prazo		2.513	3.471
Contas a Receber de Clientes	5	358	865
Depósitos Judiciais	7	2.155	1.916
Direito de Uso de Ativos	8	-	690
Investimentos		128	128
Imobilizado Próprio de Uso	9	199.648	184.895
Intangível	10	56	-
TOTAL DO ATIVO		257.383	230.349

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

Balanco Patrimonial

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	Em milhares de reais	
		31.12.2024	31.12.2023
Circulante		10.751	10.866
Fornecedores	11	1.118	1.167
Obrigações Sociais e Fiscais	12	2.821	2.073
Provisão de Férias e Encargos	13	1.500	1.561
Dividendos Propostos	14	580	1.242
Outras Obrigações	15	4.732	4.703
Passivo de Arrendamento	16	-	120
Não Circulante		54.287	52.804
Passivo de Arrendamento	16	-	620
Provisão para Contingências	17	6.553	3.952
Tributos Diferidos Passivos	18	47.734	48.232
Patrimônio Líquido	19	192.345	166.679
Capital Social Realizado	19.1	56.314	33.114
Reserva de Capital	19.2	9.758	9.758
Reservas de Lucros		33.613	30.181
Ajustes de Avaliação Patrimonial		92.660	93.626
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		257.383	230.349

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

Demonstrações dos Resultados

	Nota	Em Milhares de Reais	
		01/01/24	01/01/23
		a	a
		31/12/24	31/12/23
Receita Líquida	20	34.154	30.959
Despesas/Receitas Operacionais		(31.119)	(25.195)
Gerais e Administrativas	21	(24.630)	(18.886)
Remuneração e Encargos dos Administradores	22	(1.709)	(1.969)
Depreciação e Amortização	9	(4.022)	(4.035)
Outras Despesas e Receitas Operacionais		(758)	(305)
Resultado Antes das Receitas e Despesas Financeiras		3.035	5.764
Resultado Financeiro Líquido	23	3.257	3.404
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro		6.292	9.168
Impostos de Renda e Contribuição Social Corrente	24	(4.983)	(4.672)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	25	496	472
Lucro/(Prejuízo) do Período		1.805	4.968
Lucro/(Prejuízo) por Ação - R\$ 1,00		0,03	0,15

Demonstração dos Resultados Abrangentes

	Em Milhares de Reais	
	01/01/24	01/01/23
	a	a
	31/12/24	31/12/23
Lucro Líquido do Período	1.805	4.968
Movimentação do Período	-	-
Resultado Abrangente do Período	1.805	4.968

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
Em Milhares de Reais

(31 de dezembro de 2024 e 2023)

Eventos	Capital Social	Reserva de Capital	Reservas de Lucros				Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total
		Adiantamento Aumento de Capital	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Reserva de Lucros para Expansão	Lucros ou Prejuízos Acumulados		
Saldos em 31 de dezembro de 2022	33.114	-	2.045	6.068	14.991	-	94.542	150.760
Adiantamento p/ futuro Aumento de Capital	-	9.758	-	-	-	-	-	9.758
Ajustes Adoção CPC 27 Imobilizado	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização da mais valia - Depreciação	-	-	-	-	-	1.388	(1.388)	-
Reversão de tributos diferidos	-	-	-	-	-	(472)	472	-
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	4.968	-	4.968
Constituição da reserva legal 5%	-	-	248	-	-	(248)	-	-
Constituição da reserva estatutária - 10%	-	-	-	497	-	(497)	-	-
Constituição da reserva de expansão - 10%	-	-	-	-	497	(497)	-	-
Reversão Dividendos	-	-	-	-	-	2.435	-	2.435
Dividendos Propostos	-	-	-	-	-	(1.242)	-	(1.242)
Transferência para reserva de lucros	-	-	-	-	5.835	(5.835)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	33.114	9.758	2.293	6.565	21.323	-	93.626	166.679
Aumento de Capital - 65º AGE	23.200	-	-	-	-	-	-	23.200
Ajustes Adoção CPC 27 Imobilizado	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização da mais valia - Depreciação	-	-	-	-	-	1.463	(1.463)	-
Reversão de tributos diferidos	-	-	-	-	-	(497)	497	-
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	1.805	-	1.805
Constituição da reserva legal - 5%	-	-	90	-	-	(90)	-	-
Constituição da reserva estatutária - 10%	-	-	-	180	-	(180)	-	-
Constituição da reserva de expansão - 10%	-	-	-	-	180	(180)	-	-
Reversão Dividendos	-	-	-	-	-	1.242	-	1.242
Dividendos Propostos	-	-	-	-	-	(580)	-	(580)
Transferência para reserva de lucros	-	-	-	-	2.983	(2.983)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	56.314	9.758	2.383	6.745	24.485	-	92.660	192.345

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto

	Em Milhares de Reais	
	01/01/24	01/01/23
	a	a
	31/12/24	31/12/23
<u>Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais</u>		
Resultado Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	6.292	9.168
Ajustes por:		
Provisão para Férias e Encargos	(61)	199
Provisão para Contingências	2.601	723
Depreciações e amortizações	4.022	4.035
Provisão para Credores Duvidosos	334	1.614
Lucro Ajustado	13.188	15.739
IR e CS Pagos	(4.983)	(4.672)
(Aumento) Diminuição nos Ativos Operacionais		
Clientes	(579)	(515)
Tributos a Recuperar	-	58
Estoques	27	1
Outros Direitos Realizáveis	(277)	57
Despesas do Exercício Seguinte	15	(12)
Depósitos Judiciais	(239)	(208)
Direitos de uso de Ativos	690	170
Aumento (Diminuição) nos Passivos Operacionais		
Fornecedores	(49)	(5)
Obrigações Sociais e Fiscais	748	(30)
Outras Obrigações	(713)	1.539
Dividendos a pagar	(662)	(1.195)
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	7.166	10.927
<u>Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento</u>		
Aquisições de Imobilizados	(19.907)	(7.463)
Aquisições de Intangíveis	(57)	-
Baixas Ativo Imobilizado	1.133	438
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Investimento	(18.831)	(7.025)
<u>Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento</u>		
Dividendos proposto	(580)	(1.242)
Constituição de reserva de lucros para expansão	1.242	2.435
Integralização de Capital	23.200	-
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Financiamento	23.862	1.193
Aumento (Redução) dos Fluxos de Caixa	12.196	5.095
Variação do Período do Caixa e Equivalentes de Caixa	12.196	5.095
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período	33.920	28.825
Caixa e Equivalente de Caixa no Fim do Período	46.116	33.920

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

Demonstrações do Valor Adicionado

	Em Milhares de Reais	
	01/01/24	01/01/23
	a	a
	31/12/24	31/12/23
1. Receitas	36.472	33.783
1.1 Prestação de Serviços	35.976	32.132
1.2 Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	334	1.614
1.3 Outras Receitas	162	37
2. Insumos Adquiridos de Terceiros	(19.873)	(13.374)
2.1 Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros	(19.873)	(13.374)
3. Valor Adicionado Bruto Lucro Ajustado (1-2)	16.599	20.409
4. Depreciação e Amortização	(4.022)	(4.035)
5. Valor Adicionado Líquido (3-4)	12.577	16.374
6. Valor Adicionado Recebido em Transferência	3.434	3.538
6.1 Receitas Financeiras	3.434	3.538
7. Valor adicionado a Distribuir (5-6)	16.011	19.912
8. Distribuição do Valor Adicionado	16.011	19.912
8.1 Pessoal		
8.1.1 Remuneração direta	5.391	5.818
8.1.2 Benefícios	734	979
8.1.3 FGTS	318	330
8.2 Impostos, Taxas e contribuições	7.360	7.395
8.3 Remuneração de Capitais de Terceiros		
8.3.1 Juros e Aluguéis	273	422
8.4 Remuneração do Capital Próprio		
8.4.1 Dividendos Propostos	580	1.242
8.4.2 Lucro do Exercício Retido	1.355	3.726

**Notas Explicativas às Informações Intermediárias do Período Findo em
31 de Dezembro de 2024**
(Valores em milhares de reais)

Nota 1. Contexto Operacional

A Companhia tem como objetivo construir, instalar e administrar centrais de abastecimento e mercados destinados a orientar e disciplinar a distribuição e colocação de hortigranjeiros e outros produtos alimentícios, além de efetuar a compra, venda, transporte e distribuição de gêneros alimentícios, diretamente a varejistas e/ou consumidores, exclusivamente quando lhe competir a participação em programas sociais, em sintonia com a política governamental.

Participar dos planos e programas do governo para a produção e abastecimento, a nível regional e nacional, promovendo e facilitando intercâmbio de mercado com as demais Unidades do Sistema e Entidades Vinculadas ao Setor.

Firmar convênios, acordos, contratos com pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, nacionais ou estrangeiras, pertinentes as suas atividades.

Desenvolver, em caráter subsidiário e auxiliar, na política econômica do Governo, estudos e pesquisas dos processos, condições e veículos de comercialização de gêneros alimentícios, abrangidos por sua competência operacional.

Estabelecer e desenvolver relação de troca de serviços e desenvolver técnicas com as demais entidades vinculadas a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, de modo a favorecer e fortalecer a cooperação Inter organizacional no setor público agrícola do Estado.

Nota 2. Resumo das Principais Políticas Contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas informações intermediárias estão definidas abaixo.

2.1 Base de Preparação

As informações intermediárias estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

As informações intermediárias foram elaboradas com base no custo histórico. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas informações intermediárias estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente no exercício anterior apresentado, salvo disposição em contrário.

A preparação de informações intermediárias requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da administração do Instituto no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as informações intermediárias, estão divulgadas na nota explicativa "3".

2.2 Instrumentos Financeiros

2.2.1 Classificação

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros. Os ativos financeiros mantidos pela Companhia são classificados sob as seguintes categorias:

Ativos Financeiros

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

No caso da Companhia, nessa categoria estão incluídos unicamente os instrumentos financeiros não derivativos. Os saldos referentes aos ganhos ou às perdas decorrentes das operações não liquidadas são classificados no ativo ou no passivo circulante, sendo as variações no valor justo registradas, respectivamente, nas contas de "Receitas Financeiras e Despesas Financeiras".

Em 31 de Dezembro de 2024, a Companhia possui caixas e equivalentes de caixa (nota explicativa "4"), nessa classificação.

Ativos Financeiros Disponíveis para Venda

Quando aplicável, são incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos, que sejam designados como disponíveis para venda ou não sejam classificados como (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros. Em 31 de Dezembro de 2024, a Companhia não possuía ativos financeiros registrados nas demonstrações financeiras sob essa classificação.

Empréstimos e Recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante.

Em 31 de Dezembro de 2024, a Companhia possui contas a receber de clientes (nota explicativa "5"), nessa classificação.

Passivos Financeiros

A Companhia não mantém nem emite derivativos para fins especulativos, tampouco possui passivos detidos para negociação, nem designou quaisquer passivos financeiros.

Outros passivos Financeiros

Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 31 de Dezembro de 2024, no caso da Companhia, compreendem saldos a pagar a fornecedores (nota explicativa "11").

2.2.2 Reconhecimento e Mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são, inicialmente, reconhecidos pelo custo histórico, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros são, subsequentemente, contabilizados pelo custo histórico. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor de ativos financeiros são apresentados na demonstração do resultado em "outros ganhos/(perdas) líquidos" no período em que ocorrem.

2.2.3 Compensação de Instrumentos Financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.3. Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até noventa dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa, e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

2.4. Contas a Receber de Clientes

As contas a receber são registradas e mantidas nas demonstrações contábeis pelo valor nominal dos títulos. A Companhia efetuou análise específica quanto a efeitos em ajuste a valor presente, não identificando efeito significativo ou material. Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal do Grupo), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

A Provisão para Crédito Liquidação Duvidosa (PCLD) constituída com base na análise dos valores vencidos e em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais perdas nas realizações das contas a receber de clientes.

2.5. Estoques

Os estoques estão registrados pelo custo médio histórico, ajustados ao valor realizável líquido, quando este for menor que o custo.

O valor líquido de realização é o preço de venda estimado, no curso normal dos negócios, deduzidos os custos históricos e conversão bem como custos para colocar os estoques em sua localização e condição atual.

2.6. Imobilizado

O imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição, acrescido de correção monetária até 31/dez./95, ajustado por depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, as taxas foram estabelecidas em função do tempo de vida útil fixadas por espécie de bens. No exercício de 2010 os principais bens integrantes do Ativo Imobilizado foram mensurados ao valor justo, qual referem-se ao "deemed cost", relativo à adoção inicial ao IFRS, líquido do IR e CS passivo diferido, em conformidade com o disposto na NBC TG 1000 (R1), baseados em laudos internos de avaliação.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando forem prováveis que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "outros ganhos (perdas), líquidos" na demonstração do resultado.

No 3º trimestre de 2024, foram implantadas novas vidas úteis aos Ativos mobilizados, de acordo com Laudo de Empresa especializada.

2.7. Intangível

O ativo intangível é demonstrado ao custo de aquisição ou formação, deduzido da amortização, quando aplicável, a qual leva em consideração o prazo de vida útil e/ou de realização estimado dos ativos intangíveis.

2.8. Investimentos

Estão demonstrados pelo custo de aquisição, acrescidos de correção monetária até 31/dez./95, conforme artigo 4º da Lei nº 9.249 de 26/dez./95.

2.9. Contas a Pagar - Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

São, inicialmente, reconhecidas pelo valor nominal e, subsequentemente, acrescido, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas até as datas dos balanços, conforme mencionamos na nota explicativa "11".

2.10. Demais Ativos e Passivos

Os demais ativos e passivos circulantes são demonstrados aos valores conhecidos ou calculáveis, quando aplicável, atualização em base "pro-rata die".

2.11. Adiantamento Futuro Aumento de Capital

A Companhia possui valores de aportes do Governo do Estado do Paraná, acionista majoritário, na rubrica adiantamento para futuro aumento de capital, cujos comprovantes estão contidos no sistema integrado de documentos do Estado do Paraná, Protocolo Físico nº 8.002.075-9 e Digital nº 15.918.311-4, ora em tramitação para fins de incorporação ao capital social, em futura Assembleia Geral Extraordinária. Vide nota explicativa "19.2".

2.12. Provisões para Contingências

As provisões de ações judiciais (trabalhista, civil e tributário) são reconhecidas quando: A Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados do grupo. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa "17".

2.13. Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

A despesa de imposto de renda e contribuição social - correntes é calculada com base nas Leis e nos normativos tributários promulgados na data de encerramento do exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros, às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, para imposto de renda e contribuição social. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferido são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas informações intermediárias. O imposto de renda e contribuição social diferido são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferido ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

O Regime tributário da Companhia: Lucro Presumido.

2.14. Apuração do Resultado e Reconhecimento da Receita

O resultado é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, sendo a receita de venda reconhecida no resultado do exercício quando os riscos e benefícios inerentes aos produtos são transferidos para os clientes.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia.

Receita decorrente da prestação dos serviços é reconhecida na medida em que os serviços são prestados.

2.15. Operações de Arrendamento Mercantil

A NBC TG 06 (R3), aplicada a partir de 1º de janeiro de 2019, tem como objetivo unificar o modelo de contabilização do arrendamento, exigindo de os arrendatários reconhecer os passivos assumidos em contrapartida aos respectivos ativos de direito de uso para todos os contratos de arrendamento em que estiverem no escopo da norma, a menos que sejam enquadrados por algum tipo de isenção.

A Companhia realizou o levantamento, e contabilizou os efeitos de forma prospectiva, acarretando incremento nas contas patrimoniais, que sofreram alterações significativas, pelo reconhecimento de todos os compromissos futuros originados dos contratos no escopo do arrendamento. Na adoção inicial o ativo de uso é igual ao passivo de arrendamento a pagar ajustados ao valor presente.

Nota 3. Resumo das Principais Políticas Contábeis

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Estimativas e Premissas Contábeis Críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social. Tais estimativas e premissas podem diferir dos resultados efetivos. Os efeitos decorrentes das revisões das estimativas contábeis são reconhecidos no período da revisão.

As premissas e estimativas significativas para as demonstrações financeiras estão relacionadas a seguir:

Reconhecimento de Receita

A receita compreende o valor da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de bens e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos e abatimentos.

Imposto de Renda, Contribuição Social e Outros Impostos

A Companhia reconhece ativos e passivos com base na diferença entre o valor contábil apresentado nas informações intermediárias e a base tributária dos ativos e passivos utilizando as alíquotas em vigor.

Provisões para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas

A Companhia é parte de processos judiciais e administrativos, como descrito na nota explicativa “17”.

Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas informações intermediárias.

Nota 4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31/12/2024	31/12/2023
Bancos conta movimento	2.180	5.698
Aplicações de liquidação imediata	43.936	28.222
	46.116	33.920

Nota 5. Contas a Receber de Clientes

A Companhia realizou o levantamento de informações referente a credores duvidosos e, para a data base 31 de Dezembro de 2024, a Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa – PCLD, no ativo circulante, totalizou R\$ 7.461.

	31/12/2024		31/12/2023	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Clientes permissionários	16.035	358	14.932	527
(-) Juros a apropriar	(17)	-	-	-
Créditos judiciais de clientes	-	-	-	338
(-) Provisão para credores duvidosos	(7.545)	-	(7.211)	-
	8.473	358	7.721	865

Nota 6. Outros Direitos Realizáveis

	31/12/2024	31/12/2023
Adiantamento a Fornecedores	351	28
Antecipações de férias e 13º	18	64
	369	92

Nota 7. Depósitos Judiciais

	31/12/2024	31/12/2023
Depósitos Judiciais	2.155	1.916
	2.155	1.916

Depósitos judiciais correspondem aos valores depositados em juízo, relativos a ações cíveis e trabalhistas, realizados para garantir a execução dessas ações. No período findo em 31 de dezembro de 2024, quando comparado a 31 de dezembro de 2023, houve um aumento R\$ 239 mil, referente a novos depósitos relacionados a ações cíveis e/ou trabalhistas.

Nota 8. Direito de Uso de Ativos

	31/12/2024	31/12/2023
Direitos de Uso Ativos	0	690
	0	690

A Companhia possuía um segundo contrato de locação, com a empresa Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná - CODAPAR, contrato que possui como objeto o imóvel para fins comerciais da Sede Administrativa do CEASA, situado na Avenida Silva Jardim, nº 303, Rebouças — Curitiba/PR. O Contrato nº- 16.554.230-4, de 21/08/2020, dispõe, dentre outros assuntos, sobre a obrigação futura mensal gerada de R\$ 20 mil até 07/2023, passando para R\$ 23 mil após este período.

A mensuração do custo do ativo de direito de uso de ativos corresponde ao valor líquido do passivo de arrendamento, calculado sobre o aluguel mínimo previsto nos contratos, descontados a valor presente pelas taxas projetadas e prazos de arrendamento, sendo este o período não cancelável e coberto por opção de prorrogar o arrendamento, se a Companhia estiver razoavelmente certa de exercer esta opção. A depreciação mensal do ativo de direito de uso de imóveis é calculada, linearmente, pelo prazo de vigência previsto no contrato, independente de cláusula de renovação em conformidade com políticas internas.

Em 31 de Dezembro de 2024, todos os saldos referentes ao Direito de Uso desses ativos foram zerados, devido ao encerramento do Contrato.

Nota 9. Imobilizado

Demonstramos nos quadros a seguir, as movimentações do Imobilizado ocorrida no período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2024:

Imobilizado	31/12/2024		31/12/2023	
	Custo Aquisição	Depreciação Acumulada	Valor Residual	Valor Residual
Terrenos	110.098	-	110.098	110.243
Edificações	118.781	(34.391)	84.390	70.163
Instalações	3.666	(1.566)	2.100	2.369
Móveis e Utensílios	1.964	(1.226)	738	785
Máquina, Equipamentos e Ferramentas	2.995	(1.451)	1.544	829
Veículos	1.837	(1.132)	705	498
Aparelhos de Telecomunicação	94	(22)	72	7
Outras Imobilizações	1	-	1	1
Total	239.436	(39.788)	199.648	184.895

Imobilizado	Saldo 31/12/2023	01/01/2024 a 31/12/2024			Saldo 31/12/2024
		Adições	Baixas/ajustes	Depreciações	
Terrenos	110.243	151	(296)	-	110.098
Edificações	70.163	18.145	(927)	(2.991)	84.390
Instalações	2.369	101	(21)	(349)	2.100
Móveis e Utensílios	785	844	(611)	(280)	738
Máquina, Equipamentos e Ferramentas	829	662	(198)	251	1.544
Veículos	498	-	(5)	212	705
Aparelhos de Telecomunicação	7	4	83	(22)	72
Outras Imobilizações	1	-	-	-	1
Baixa valor não depreciado		-	842	(842)	-
Total	184.895	19.907	(1.133)	(4.021)	199.648

No 2º trimestre de 2024, foram implantadas novas vidas úteis aos Ativos mobilizados, de acordo com Laudo de Empresa especializada. Desta maneira em 31 de dezembro de 2024, a taxa média de depreciação para cada grupo é a seguinte:

Grupo	Vida Útil Média Ano	Taxa Média
Obras Cíveis	54,94	1,82%
Instalações	10	10%
Máquinas, Equipamentos e Ferramentas	10,23	9,9%
Equipamentos de Informática	6,83	14,76%
Móveis e Utensílios	13,83	7,45%
Veículos	10,67	9,44%

Nota 10. Intangível

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Softwares	137	80
(-) Amortização Acumulada	(81)	(80)
	<u>56</u>	<u>-</u>

Nota 11. Fornecedores

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Fornecedores de materiais	-	6
Fornecedores de serviços	1.118	1.161
	<u>1.118</u>	<u>1.167</u>

Nota 12. Obrigações Sociais e Fiscais

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Obrigações Sociais		
INSS, FGTS e IRRF S/ Folha de Pagamento	1.100	657
Outras Obrigações a pagar	33	-
Obrigações Fiscais		
IRPJ	880	737
CSLL	398	352
PIS	18	16
COFINS	81	72
Imposto de Renda de Terceiros	22	24
Seguridade Social	119	102
ISS	96	47
PIS/COFINS/CSLL Retidos	59	66
Outras Taxas	14	-
	<u>2.821</u>	<u>2.073</u>

Nota 13. Provisões para Férias e Encargos

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Provisão de Férias	1.109	1.154
Provisão INSS e FGTS s/Férias	391	407
	<u>1.500</u>	<u>1.561</u>

Nota 14. Dividendos Propostos

	31/12/2024	31/12/2023
Dividendos Propostos	580	1.242
	580	1.242

Nota 15. Outras Obrigações

	31/12/2024	31/12/2023
Débitos de Terceiros	3	1
Contas a Pagar	-	19
Débitos de Funcionários e Consignações	55	9
Fundo de Reserva	4.674	4.674
	4.732	4.703

Nota 16. Passivo de Arrendamento

	31/12/2024	31/12/2023
Curto Prazo		
Obrigação com Aluguéis	-	120
Longo Prazo		
Obrigação com Aluguéis	-	620
	-	740

Em 31 de dezembro de 2024, todos os saldos dos Passivos de Arrendamento foram zerados, devido ao encerramento do Contrato.

Nota 17. Provisão para Contingências

	31/12/2024	31/12/2023
Provisões para Contingências Trabalhistas	1.545	2.462
Provisões para Contingências Cíveis	5.008	1.490
	6.553	3.952

A Companhia é parte em ações Cíveis e Trabalhistas com probabilidade de perda POSSÍVEL, para as quais as normas contábeis recomendam a divulgação dos valores envolvidos nas mesmas, sendo:

Ações Cíveis: R\$ 5.797

Ações Trabalhistas: R\$ 2.161

Nota 18. Tributos Diferidos Passivos

	31/12/2024	31/12/2023
IRPJ - Diferido	35.099	35.465
CSLL - Diferida	12.635	12.767
	47.734	48.232

Nota 19. Patrimônio Líquido

- a) O capital social está representado por 56.314,102 ações ordinárias nominativas, no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, totalizando R\$ 56.314,102, pertencente inteiramente a sócios domiciliados no país.
- b) Reserva de lucros: O saldo restante da conta de lucros acumulados, deduzidos das destinações propostas no exercício, será destinado a reservas de lucros a disposição dos acionistas, conforme disposto no artigo nº 202, da Lei nº 6.404/76.
- c) Dividendos Propostos: No decorrer do exercício de 2024, foram propostos dividendos aos acionistas, no valor de R\$ 580.
- d) Lucro por ação: O lucro/(prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro/(prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações:

19.1 Capital Social

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro/(Prejuízo) Atribuível aos Acionistas	1.805	4.968
Quantidade de Ações de Capital	56.314	33.114
Lucro/(Prejuízo) Básico por Ações	0,03	0,15

19.2. Reserva de Capital

	31/12/2024	31/12/2023
Adiantamento para Aumento de Capital (AFAC)	9.758	9.758
	9.758	9.758

Nota 20. Receitas e Deduções

	31/12/2024	31/12/2023
Prestação de Serviços Mercado Interno	35.986	32.132
Deduções da Receita Bruta	(1.822)	(1.173)
	34.154	30.959

Nota 21. Despesas Gerais e Administrativas

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Despesas com Pessoal	(5.875)	(5.935)
Ocupação	(103)	(289)
Utilidades e Serviços	(10.424)	(9.360)
Despesas Gerais	(4.676)	(2.979)
Impostos e Taxas	(438)	(349)
Despesas com Provisões	(3.114)	26
	<u>(24.630)</u>	<u>(18.886)</u>

Nota 22. Remuneração dos Dirigentes

No período de 01/jan./24 a 31/Dez/24 a remuneração com dirigentes representa R\$ 1.709 e R\$ 1.969 no mesmo período do ano 2023.

Nota 23. Resultado Financeiro Líquido

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Receitas Financeiras		
Multas Contratuais	192	189
Juros Ativos	304	246
Rendas Títulos e Valores	2.902	3.103
Descontos Obtidos	10	-
Multas Contratuais Fornecedores	26	-
	<u>3.434</u>	<u>3.538</u>
Despesas Financeiras		
Despesas Bancárias	(89)	(61)
Juros	-	(2)
Multas	(1)	-
IOF	(87)	(71)
	<u>(177)</u>	<u>(134)</u>
Resultado Financeiro Líquido	<u>3.257</u>	<u>3.404</u>

Nota 24. IRPJ e CSLL Corrente

	31/12/2024	31/12/2023
Provisão Imposto de Renda Pessoa Jurídica	(3.658)	(3.429)
Contribuição Social Lucro Líquido	(1.325)	(1.243)
	(4.983)	(4.672)

Nota 25. IRPJ e CSLL Diferido

	31/12/2024	30/09/2023
Imposto de Renda Diferido	365	347
Contribuição Social Diferida	131	125
	496	472

Nota 26. Seguros (Não Auditados)

MODALIDADE	EVENTOS	IMPORTÂNCIA SEGURADA	LIMITE MÁXIMO DE INDENIZAÇÃO POR EVENTO	VIGÊNCIA
SEGURO PREDIAL - HDI Seguros do Brasil S.A	Básica, Danos Elétricos, Roubo/Furto Qualificado, Perda/Pagamento de Aluguel, Vendaval, Recomposição de Registros e Documentos, Equip Eletrônicos, RC Operações, Despesas Fixas Básica, RC Danos Morais, Vazamento Tanques e Ruptura de Tubulações	R\$ 3.000.000,00	R\$ 3.000.000,00	10/01/2024 a 10/01/2025
SEGURO VIDA FUNCIONÁRIO - HDI Seguros	Morte, IEA - Indenização Especial por Acidente (Morte Acidental), IPA - Invalidez Permanente Total ou Parcial por Acidente, IFPDa - Inv. Funcional Permanente Total por Doença (Antec.), Assistência Funeral Familiar - Com Reembolso - R\$ 5.000,00	R\$ 2.240.000,00	R\$ 35.000,00	09/09/2024 a 08/09/2025
BERKLEY INTERNATIONAL DO BRASIL SEGUROS SA	DIRECTORS & OFFICERS, Danos Ambientais (produto secundário)	R\$ 1.000.000,00	R\$ 47.041,94	06/02/2024 a 06/02/2025
SEGURO VEÍCULOS - HDI Seguros do Brasil S.A	Danos materiais, danos corporais, morte, invalidez permanente, danos morais	100% da tabela FIPE, R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	25/05/2024 a 25/05/2025
SEGURO VEÍCULOS - HDI Seguros do Brasil S.A	Danos materiais, danos corporais, morte, invalidez permanente, danos morais	100% da tabela FIPE, R\$ 250.000,00	R\$ 250.000,00	27/09/2024 a 26/09/2025
SEGURO VEÍCULOS - Mapfre Seguros Gerais SA	Básica - Colisão/ Incêndio / Roubo / Furto, danos materiais, danos corporais, morte, invalidez permanente, danos morais	100% da tabela FIPE, R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	18/05/2024 a 18/05/2025

Os valores segurados são determinados e contratados com bases técnicas e são considerados suficientes para a cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo e de responsabilidade civil, a contratação de seguros é efetuada de acordo com o grau dos riscos envolvidos, cuja política é contratar por valores condizentes.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a revisão sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela administração da Companhia, que considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

O histórico acerca de sinistros contribuiu para a tomada de decisão ora em curso, pois o único evento ocorrido de incêndio foi motivado por vandalismo, devidamente comprovado. Quanto aos demais segmentos contra intempéries de toda ordem, nos valoremos do mesmo histórico, em que os ocorridos apresentaram e/ou foram classificados como irrelevantes. Como decisão, apenas seguramos imóveis de terceiros ocupados pela CEASA/PR.

Nota 27. Lei Geral de Proteção de Dados — LGPD

A partir de agosto de 2020 entrou em vigor a Lei nº 13.709/18, conhecida como a Lei Geral de Proteção de Dados — LGPD, que estabelece regras sobre a coleta, o tratamento, o armazenamento e o compartilhamento de dados pessoais gerenciados pelas empresas. Esta Lei afetará todas as organizações que colem, usem, armazenem ou processem de alguma forma, dados pessoais (de pessoas físicas) de colaboradores, clientes ou fornecedores e tem por objetivo a proteção da privacidade dos dados pessoais, que implicará na adoção de medidas administrativas, procedimentais e estruturais para garantir a aplicação da Lei.

A Lei de Transparência exige hoje publicações de dados diversos, o que vem sendo cumprido pela CEASA/PR em sua íntegra, resguardadas as observações e responsabilizações pertinentes, ao uso indevido dos dados ali contidos. Cabe salientar que a Lei Geral de Proteção de Dados, hoje passa por todos os níveis da Instituição, onde demanda de ações e cuidados junto aos prestadores de serviços de forma geral, os quais demandarão de cláusulas contratuais específicas, em especial aos fornecedores de suporte de TI (mídias disponíveis), com acessos diversos, dentre outros, o que operacionalmente em suas renovações, vem sendo observado no contexto da gestão com foco na LGPD.

Para informação junto ao corpo funcional, consta nos prontuários individualizados dos empregados o envio e informe do uso de cartilha desenvolvida pela CGE Controladoria Geral do Estado, onde apresenta as informações relevantes e conceituações da LGPD, para conscientização dos empregados.

Curitiba, 31 de Dezembro de 2024

assinado digitalmente

Eder Eduardo Bublitz

Diretor Presidente

CPF 035.476.299-00

assinado digitalmente

João Luiz Buso

Diretor Administrativo Financeiro

CPF 358.668.459-20

assinado digitalmente

Antônio Leonardecz

Diretor Técnico

CPF 640.798.979-91

assinado digitalmente

Paulo Ricardo da Nova

Diretor Agrocomercial

CPF 320.926.019-20

assinado digitalmente

Gabrielle Ribeiro dos Santos

Contadora CRC-PR 77.811/O-0

CPF 086.780.769-50

Documento: **DFSeNotasExplicativas2024Atual.pdf**.

Assinatura Qualificada realizada por: **Eder Eduardo Bublitz** em 27/02/2025 15:36, **Joao Luiz Buso** em 05/03/2025 11:09.

Assinatura Avançada realizada por: **Gabrielle Ribeiro dos Santos (XXX.780.769-XX)** em 27/02/2025 12:47 Local: CEASA/DIFIN, **Antonio Leonardecz (XXX.795.979-XX)** em 05/03/2025 07:00 Local: CEASA/DT.

Assinatura Simples realizada por: **Paulo Ricardo da Nova (XXX.926.019-XX)** em 27/02/2025 14:01 Local: CEASA/DA.

Inserido ao protocolo **23.582.844-8** por: **Gabrielle Ribeiro dos Santos** em: 27/02/2025 12:45.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:
61b9efb38b72b8ff642f11da7292f8a7.

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO PARANÁ S/A. - CEASA**

EXERCÍCIO 2024

Curitiba-Pr, 14 de fevereiro de 2025.
Parecer 01.106.25


Ilmos. Srs.
Conselheiros e Administradores do
CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO PARANÁ S/A. - CEASA
Curitiba – PR


Prezados Senhores:

Passamos a V.Sas., "Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2024.

Permanecemos à disposição de V.Sas., para quaisquer esclarecimentos adicionais julgados necessários.

Atenciosamente,

AUDIPLAN AUDITORES INDEPENDENTES
 **CRC-PR Nº. 4.400/O-3**
Sócio Responsável
Contador, CLAUDIO BORGES DA CUNHA JR
CRC-PR Nº. 63.955/O-8

AUDIPLAN AUDITORES INDEPENDENTES
 **CRC-PR Nº. 4.400/O-3**
Sócio Responsável
Contador, EZEQUIEL VAZ CORREIA
CRC-PR Nº. 53.360/O-2

AUDIPLAN AUDITORES INDEPENDENTES
Rua Jornalista Octavio Secundino, n.º370 – Bom Retiro – CEP 80.520-480
Telefax - (041) 3024-6800
www.audiplan.com - auditoria@audiplan.com
CURITIBA - PARANÁ

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Ilmos. Srs.

Diretores e Administradores da

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO PARANÁ S/A. - CEASA

Curitiba – PR

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Centrais de Abastecimento do Paraná S/A. - CEASA**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, do valor adicionado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas, apresentam adequadamente em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Centrais de Abastecimento do Paraná S/A. - CEASA** em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Examinamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, preparadas sob a responsabilidade da administração da companhia, como informação suplementar pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

AUDIPLAN AUDITORES INDEPENDENTES

Rua Jornalista Octavio Secundino, n.º 370 – Bom Retiro – CEP 80.520-480

Telefax - (041) 3024-6800

www.audiplan.com - auditoria@audiplan.com

CURITIBA - PARANÁ

1

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 apresentados para efeitos comparativos foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 23 de fevereiro de 2024, sem modificação de opinião.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da **Centrais de Abastecimento do Paraná S/A. - CEASA** é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.


RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas Contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba-PR, 14 de fevereiro de 2025.

AUDIPLAN AUDITORES INDEPENDENTES
 **CRC-PR Nº. 4.400/O-3**
Sócio Responsável
Contador, CLAUDIO BORGES DA CUNHA JR
CRC-PR Nº. 63.955/O-8

AUDIPLAN AUDITORES INDEPENDENTES
 **CRC-PR Nº. 4.400/O-3**
Sócio Responsável
Contador, EZEQUIEL VAZ CORREIA
CRC-PR Nº. 53.360/O-2